

Maria Helena ARAÚJO E SÁ &  
Carla Maria Ataíde MACIEL  
(Eds.)

# Interculturalidade e plurilinguismo nos discursos e práticas de educação e formação em contextos pós-coloniais: o caso do português

Champs Didactiques Plurilingues : données pour des politiques stratégiques

## 2. Imprensa colonial e literatura: espaços de reflexão e resistência<sup>11</sup>

Hélder GARMES

Cielo G. FESTINO

### 2.1. Introdução

Goa, ex-colônia portuguesa na Índia de 1510 a 1961, foi, ao lado de Macau, uma das poucas localidades do império que pode contar com a instalação da imprensa já no século XVI, tendo inaugurado, no século XIX, uma imprensa periódica relativamente forte. A partir de meados dos Oitocentos, os jornais tornaram-se o lugar em que a *intelligentsia* local se pronunciava sobre a sua relação com a metrópole e sobre os conflitos locais.

Uma das preocupações mais importantes da intelectualidade goesa nos séculos XIX e XX foi a educação de seus jovens, na busca de valorizar a sua própria cultura e, em certa medida, de resistir à dominação colonial. Sendo assim, os textos literários publicados na imprensa se apresentavam como uma estratégia para alertar a sociedade sobre sua própria condição e mudar seu comportamento. Com efeito, em razão da escassez de editoras, os periódicos da época constituíam o espaço mais importante para a publicação de obras literárias e, conseqüentemente, para a educação dos jovens, em particular, e da sociedade, em geral. Um dos periódicos que cumpriu um papel importante nesse aspecto foi *O Acadêmico* (1940-1943), que teve sua origem na União Acadêmica, associação de vanguarda formada por jovens intelectuais, que reunia cristãos e hindus entre seus colaboradores e contava com a contribuição de mulheres escritoras. Na breve apresentação do periódico (1940, n.1, pp. 1-2), seus editores afirmam que pugnavam pela emancipação intelectual da mocidade goesa a partir da educação.

Como o periódico não tratava de política, ao menos explicitamente, nem sempre é evidente qual seria a posição de seus editores, sobretudo porque foi produzido sob a censura da ditadura salazarista. O certo é que entre seus colaboradores se encontram alguns mais conservadores, outros mais revolucionários, para empregar um vocabulário que se aplica àquele momento, quando direita e esquerda eram posições políticas bastante polarizadas. Uma coisa era comum, no entanto: o intento de valorizar, ao lado do conhecimento científico de caráter europeu, a cultura e tradição letrada indiana. Essa constatação pode ser depreendida do conjunto de matérias publicadas acerca de intelectuais europeus e indianos e da importância que davam à tradição de narrativas oral e escrita, quer de matriz indiana e asiática, quer de matriz europeia.

Embora empregando a língua portuguesa, o jornal trazia textos literários e artigos originariamente escritos em línguas indianas e também em outras línguas europeias, que

---

<sup>11</sup> Este capítulo é resultado de pesquisa financiada pela FAPESP, proc. 2014/15657-8. Algumas de suas formulações também fazem parte de outro texto, em inglês, a ser publicado no livro *The Colonial Periodical Press in the Indian and Pacific Ocean Regions*, organizado por Sandra Lobo, Remy Dias e Jessica Falconi, a ser lançado pela Routledge Studies in Cultural History em 2021.

eram traduzidos para o português por seus editores. Dessa maneira, *O Acadêmico* colocava os jovens goeses, educados na língua portuguesa, em contato com o contexto plurilingue indiano, goês e europeu. Conforme afirmam Canagarajah e Ashtraf (2013), diferentemente do multilinguismo europeu, em que as línguas são compartimentalizadas, na Índia o plurilinguismo é entendido como um sistema em que as diferentes línguas se entrelaçam e formam uma prática gramatical e de comunicação profundamente híbrida.

Levando esse contexto em consideração, a proposta deste capítulo é analisar literária e pedagogicamente dois artigos de *O Acadêmico* que reúnem o discurso do ensino, da literatura e da política, na busca de contribuir com os propósitos da publicação do presente livro. Em primeiro lugar, consideraremos “O problema da carência do romance na literatura goesa” (1941-1942, n. 7, 8, 9-11), de autoria de Jorge de Ataíde Lobo, no qual o autor defende que são os romances intelectuais de cunho realista, escritos em português e nas línguas europeias, que faltam em Goa, devendo ser cultivados pelos jovens goeses para fazer com que a sociedade goesa ganhasse, efetivamente, estatuto literário, isto é, que a realidade goesa surgisse de fato representada no panteão literário de língua portuguesa. Também valorizava o protagonismo da intelectualidade goesa nessa tarefa, fazendo da literatura um instrumento de análise daquela sociedade. Em segundo lugar, analisaremos “Lições do Passado” (1941, n. 2, p. 2-3), de Propércia Correia Afonso de Figueiredo. Nesse artigo, a autora traduz para a língua portuguesa e comenta a lenda indiana, escrita em uma das *bhashas*, “O mesteiral... tem cabeça e coração”. Ao assim fazer, se antecipa ao seu compatriota Satya P. Mohanty (2011), para quem os textos culturais e literários, canônicos e não canônicos, escritos nas línguas indianas, revelam formas de Modernidade que têm sido ignoradas pelos estudiosos dessas literaturas. Correia Afonso de Figueiredo insta seus jovens leitores a apreciarem o valor crítico dessas narrativas, para que servissem de reflexão sobre a sua própria situação na sociedade, impulsionando-os, assim, a promover a condição social e política dos goeses.

## **2.2. Literatura, cultura e educação**

Conforme afirma Homi Bhabha (1994), nas ex-colônias a literatura foi um dos espaços privilegiados de resistência ao colonialismo, permitindo que, por meio dela, seus agentes se reconectassem com os valores da sua cultura local e fizessem a sua crítica, no sentido de promoverem uma educação com vistas à sua emancipação. Desse modo, o texto literário se apresentava como um meio cultural importante para alertar a sociedade sobre sua própria condição e para mudar comportamentos. Segundo Eagleton (2013, p. 203), nesse contexto, a literatura funcionava como uma espécie de “corretor” de uma realidade considerada não satisfatória.

Uma vista de olhos sobre a origem da produção jornalística nas colônias portuguesas no decorrer do século XIX revela o quanto esta foi importante, tanto para o cultivo corrente da literatura, quanto para o posicionamento crítico dos colonizados em relação aos colonizadores. No âmbito da resistência ao colonialismo, basta citar o paradigmático artigo do angolano José de Fontes Pereira, intitulado “A independência d’Angola” e

publicado em 21 de outubro de 1887 em *O Futuro d'Angola*, periódico surgido em Luanda em 1882, sob direção de Arcênio de Carpo. Pereira afirma que:

A Angola, a quem roubaram os braços, que lhe arroteavam os campos; a quem se negam escolas e tudo quanto pode concorrer para o seu engrandecimento, assiste lhe o direito de sacudir o jugo que o opprime e esphacela, e escolher quem, sem o subjugar e dominar lhe dê toda a proteção para o seu desenvolvimento moral e intellectual.

Portugal dando impulso ao florescimento do Brazil, deu-lhe também a liberdade.

Portugal, negando nos durante 400 annos esse mesmo impulso autorisa-nos a trabalhar pela nossa emancipação. (1887, n. 49, p.1)

Se essa resistência não podia aparecer de maneira tão frontal em *O Acadêmico*, em função da ditadura salazarista, reflexões como “O valor da utopia” (1940, n. 1, p. 5), de José Soares de Almeida, ou sobre o papel do artista em “A arte e o artista” (1940, n. 1, p. 4), de R. S. Fontes, ou ainda “Salve mãe Índia”, de Jeanne Sylvie Lefèvre (1940, n. 1, p. 15), e “A função de educar” (1941, n. 2, p. 12), de Jorge de Ataíde Lobo, revelam que os editores e colaboradores se perguntavam por aspectos importantes da vida cultural, social e, conseqüentemente, política de Goa, ligando-se constantemente à tradição indiana. No artigo de Lobo, por exemplo, o autor afirma que: “A função primacial de um educador deve ser atinente a formar as crianças de hoje, um homem do futuro”. A partir dessa educação, a vida dos goeses deveria ser norteadada “[...] pela seguinte tríade, altamente expressiva: Fraternidade Universal, Verdade Pura e Justiça Equitativa”, o que já revela o pensamento liberal e mesmo libertário desses jovens, bastando lembrar que defendiam uma educação laica em uma Goa profundamente católica e um governo conservador e autoritário. Era uma educação que passava sobretudo pela ciência, com muitos artigos sobre suas últimas descobertas, como “Reações nervosas das Plantas” (1940, n. 1, p. 7), mas também pela literatura, com contos didáticos como “O Indisciplinado”, de Beatriz Ataíde Lobo e Faria (1940, n. 1, p. 25) ou “O Sacrifício” (1940, n. 1, p. 27), de Loximona Rau Sar Dessai.<sup>12</sup>

O espírito original e de vanguarda do grupo de *O Acadêmico* manifestava-se também no fato de que a maioria dos membros do seu corpo editorial era hindu, produzindo para uma elite goesa fortemente cristã. Jorge de Ataíde Lobo era um dos poucos católicos que participavam do corpo editorial do jornal. Esse espírito liberal e o desejo de dar voz aos diversos setores da sociedade goesa se manifestam também na colaboração assídua de mulheres, como: Propércia Correia Afonso de Figueiredo (1882-1944), um dos nomes mais destacados do meio intelectual goês da época; Berta Menezes Bragança (1911-1993), que foi escritora e presidente do Partido Comunista de Goa, tendo lutado pela integração da então colônia portuguesa à nação indiana; e Beatriz Ataíde Lobo (1913-1994), irmã de Jorge, que, por meio de sua literatura de cunho didático, destinada a

---

<sup>12</sup> Laxmanrao Sardessai, como grafado nos dias de hoje.

crianças e ao público feminino, contribuiu não somente para a educação da mulher goesa, mas também para a formação da consciência social e política daquela sociedade.

Fica claro, então, que para os membros de *O Acadêmico* a educação era essencial para a transformação de Goa. Esse viés pedagógico se manifestava nas obras literárias, em particular em contos e poemas, de autoria goesa ou estrangeira, reproduzidos nas páginas do periódico, assim como nos muitos artigos, escritos por goeses ou por críticos estrangeiros, sobre artes, ciência e educação.

### 2.3. Jorge de Ataíde Lobo: a literatura como exercício de cidadania

Como já referido, tanto no seu corpo redacional quanto entre seus colaboradores, o periódico contava com alguns dos nomes destacados da *intelligentsia* goesa. Um deles era Jorge de Ataíde Lobo (1920-2004), que também colaborava com outros renomados periódicos goeses, entre eles, *O Herald*, primeiro diário goês fundado em 1900 e publicado até os dias de hoje, com o título *Herald*.

Seu artigo de maior relevância para a discussão literária na revista, intitulado “O problema da carência do romance na literatura goesa”, está dividido em cinco capítulos e um epílogo. Considera que os goeses até ali só produziram um único romance, *Os brahmanes* (1866), de Francisco Luís Gomes, afirmando que a ausência do romance em Goa se deve à educação dos goeses, muito voltada à religião católica e sem o estímulo literário necessário para o desenvolvimento de talentos no campo da literatura. Nota que as iniciativas para cultivar a literatura infantil são poucas e geralmente fracassam – cita “Os contos de tiazinha” de Beatriz Ataíde Lobo; o jornal *Mascote*, dirigido por Antônio Colaço e Álvaro de Santa Rita Vaz; a seção “O Garoto” de *O Herald* e a seção “Criança”, do próprio *O Acadêmico*, por ele dirigida. O público goês preferiria a notícia de jornal do que o conteúdo de um livro. Fundamenta sua concepção de romance em João Gaspar Simões,<sup>13</sup> que distingue o romancista do jornalista por ter interesse não somente nos fatos (na trama), mas também na psicologia humana. Observa que, em Goa, os únicos aptos a produzir um romance estariam no meio jornalístico. Ainda assim, nota que:

[...] o jornalismo goês tem uma orientação bastante peculiar. Não se faz uma propaganda de ideias caldeadas com princípios de Verdade e de Justiça. Não é um órgão de uma propaganda sã, humanitária. É, apenas, uma folha, onde cada um ostenta as suas vaidades, anunciando reuniões do [sic] casamentos e solenizações de festas. Mas há mais. As tarefas de certos jornais – constituem um prazer inaudito para os leitores. Isso é que é escrever! Isso é que é ter opinião! Isso é que é ter coragem! Até facilitam a digestão da carne de porco... (Lobo, 1942, n.7, p. 17)

---

<sup>13</sup> *Crítica I*, de João Gaspar Simões, editado no Porto pela Livraria Latina em 1942. A terceira parte deste livro intitula-se “O problema do romance”, que reúne textos publicados anteriormente pelo crítico.

Após falar da relação entre romance e realidade, afirma Lobo: “É necessário, portanto, que a imaginação do romancista se harmonize com a realidade. Que o mundo fictício por ele criado com a varinha mágica da imaginação seja o reflexo do mundo real, habitado pelo leitor” (Lobo, 1942, n.8, p. 15). Além disso, o romance tem que discutir alguma ideia: “O romance do nosso século deve ser intelectual. É o romance de Charles Morgan. É o romance de James Joyce. É o romance de Ferreira de Castro”. E conclui: “Ora, são os romances desse gênero, os romances intelectuais, que devem ser cultivados em Goa” (Lobo, 1942, n.8, p. 15). No entanto, como um romancista precisa ser um observador perspicaz do mundo, que não se atenha somente aos fatos, mas às suas motivações, e o goês não o seria, vê aí um sério problema.

Importa notar que Lobo só menciona o romance *Os Brahamanes*, deixando de lado o romance incompleto *Os Maharatas* (1894), de Leopoldo Dias, e *Jacob e Dulce – cenas da vida indiana* (1896), de Francisco João da Costa, este último um texto polemicamente paradigmático dessa tradição. Ainda que se possa discutir se *Os Maharatas* ou *Jacob e Dulce* sejam de fato romances, a própria escassez de obras desse gênero presentes em Goa justificaria ao menos que fossem mencionadas nessa discussão. Também não refere que estava escrevendo um romance intitulado *A grande incógnita* (Lobo, n. 13, 10-11, 17), do qual irá publicar dois capítulos no número 13 da revista. Pelos trechos publicados, parece trata-se de um romance de tese relativa a costumes, pois temos a cena de um baile no qual Mário, o protagonista, encontra um velho amigo, José Fernandes, que lhe conta suas viagens pelo mundo e nota que saíra de Goa conservador e retrógrado, mas agora era adepto da Escola Nova, sempre defendida por Mário. Julga que deveriam tentar convencer todos a aderir a essa Escola Nova. Em outra cena, Mário está à beira de um lago com uma jovem chamada Belmira, que acabara de conhecer. Sentam-se em um balaústre e Mário declara seu amor a ela. Revela-se ao leitor que Mário tem outra mulher, Lúcia, que o esperava, mas ele decide fugir com Belmira, que aceita a aventura. Ao final, há uma nota dizendo que trechos do último capítulo da obra serão publicados no próximo número, mas a publicação da revista acaba neste número. Portanto, constatamos que Lobo, ele mesmo, intenta sanar a falta de romancistas que identifica em Goa, mas sem sucesso.

Na continuidade de seu texto crítico sobre o romance em Goa, Lobo entende que, para mudar esse quadro, a educação é uma peça fundamental, isto é, era preciso criar as condições propícias para o gênio do romance surgir e estas condições estariam na transformação da educação em Goa. Segundo sua perspectiva, a educação goesa tinha base religiosa e conformista, sendo tudo explicado pelos desígnios divinos, sem se questionar as causas dos eventos. Portanto, ao professor que queria transformar essa realidade caberia ministrar uma educação laica, racional, que gerasse no espírito da criança e do jovem uma revolta: “Uma revolta justa, necessária. E a revolta cria uma vontade de investigar, de pesquisar o imo dos fatos”. E mais adiante sintetiza: “É necessário que se eduque o espírito. Que cada aluno adquira a consciência plena de que tem o dever superior e belo de ser um indivíduo prestante à sociedade. E, mais do que isso, à Humanidade” (Lobo, 1942, n. 8, p. 17).

No capítulo IV do artigo, intitulado, “Apelo aos intelectuais goeses”, após mencionar Eça de Queirós, Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, João Gaspar Simões (agora o romancista, autor de *Elói*) e Knut Hamsun, prêmio Nobel de 1920, pede aos seus leitores:

Abramos os olhos, senhores, ao que nos cerca. Examinemos com inteligência e com sentimento a nossa vida. Em nosso redor, há muito drama palpitante, há muito sofrer que compunge, há muito herói que morre desconhecido. Pintemos a cores viva o nosso mundo. Façamos a apoteose da nossa gente. E deixemos fulgurar o nosso pensamento. (Lobo, 1942, n. 9-11, p.15)

Há, portanto, um apelo à comunidade goesa para se voltar para sua realidade cotidiana, encontrando nela aquilo que só consegue ver fora dela: o drama, o sentimento, o heroísmo, o pensamento. No quinto e último capítulo do artigo, intitulado “O papel da mocidade”, afirma que, após *O Acadêmico* ter homenageado os escritores e intelectuais goeses Adeodato Barreto e Menezes Bragança, além do poeta indiano Rabindranath Tagore, a mocidade goesa retornou à sua inatividade habitual. Nota que o ideal de todos os três era social:

Dar um pontapé na rotina. Comungar as ideias novas. Ver a humanidade mais livre, mais desafogada. Se os admirássemos por este prisma, se estudássemos os seus esforços para a execução deste ideal, tenho a plena certeza que nasceria espontaneamente em nosso espírito uma vontade de dar o nosso contingente para a continuação da obra encetada por eles. (Lobo, 1942, n.9-11, p. 16)

Cobra que a juventude goesa dê origem a aquilo que o crítico literário brasileiro Antonio Candido (1959) designaria em um futuro próximo de sistema literário, isto é, que conhecessem sua tradição literária e dessem continuidade a ela. E mais adiante conclama:

É indispensável que olhemos a sociedade que nos cerca. Avaliar as misérias que a assassinam. Examinar as pústulas que a corroem. Cortar os abscessos que a infestam. Limpar os seus intestinos imundos e fétidos. Dar marcha regular ao seu coração ralentado. Insuflar oxigênio aos seus pulmões típicos. Inocular sangue puro nas suas artérias anêmicas. (Lobo, 1942, n.9-11, p. 16)

As imagens de inspiração naturalista desta passagem apontam para a vontade de Lobo de provocar uma reação de asco no seu público, associando-as à situação intelectual da sociedade goesa de seu tempo. Materializa nas metáforas que emprega, isto é, na forma de seu texto, o teor engajado e militante do conteúdo que veicula, no sentido de tentar tirar o seu leitor da zona de conforto. O que se valoriza em todo o seu discurso é a realidade goesa enquanto objeto digno de análise e de estatuto literário, assim como a intelectualidade goesa como agente legítimo da produção e análise literária.

No epílogo do texto, identifica aqueles que já deram início a esse processo: os “jovens iconoclastas” da “Página da Mocidade” de *O Herald* e, depois, a página de “A Gente Nova”, no mesmo jornal, assim como o próprio *O Acadêmico*, no qual “surge alargando

o campo, permitindo horizontes mais vastos e uma tribuna mais livre” (Lobo, 1942, n. 9-11, p. 17). Conclui afirmando a efetiva possibilidade de realização desse projeto de emancipação intelectual e literária de Goa, notando, no que concerne ao romance, que haveria “tentativas de romance”, sugerindo a publicação dos trechos de seu romance *A grande incógnita* no volume seguinte.

O texto de Jorge de Ataíde Lobo concebe a literatura como uma das formas de desenvolvimento intelectual e identitário do povo goês, aliando-a à educação e à política, uma vez que, de sua argumentação, se depreende que somente com vontade política se pode transformar a educação no sentido de dar possibilidades para as crianças cultivarem os contos tradicionais e se tornem romancistas conscientes de sua cidadania e de sua contribuição para a humanidade.

#### **2.4. Propércia Correia Afonso de Figueiredo: “Lições do Passado”**

Satya P. Mohanty, em conversação com R.D. Bhatnagar, R. D. e R. Kaur (2012, p. 85) observa que a equivocada denominação “literatura pré-moderna” para designar o conjunto de narrativas tradicionais asiáticas, mais do que se encaixar no estereótipo da *pastoral literature*, isto é, literatura bucólica, sobre a vida sossegada na aldeia, essencializando de forma atemporal as civilizações da Ásia, se apresenta como um espaço de conflito marcado por mudanças profundas. Nesse conjunto de narrativas, acrescenta Mohanty (2012, p. 91), a literatura revela hábitos, formas de pensamento e valores culturais diversos que, com frequência, têm ficado totalmente invisíveis quando sua leitura é realizada a partir da perspectiva do estereótipo das lendas chamadas de orientais. Contudo, quando lidas a partir do que ele denomina como “modernidades alternativas”, essas obras literárias se apresentam como um arquivo histórico diferenciado, que sugere outras maneiras de interpretar o passado. Conclui Mohanty (2012, p. 91) que uma visão crítica da sociedade se manifesta tanto na temática dessas narrativas literárias, quanto no estilo em que as histórias são contadas.

Na década de 1940, em Goa, Propércia Correia Afonso de Figueiredo já refletia sobre essas questões. Em seu já clássico ensaio, *A mulher indo-portuguesa*, faz a seguinte asseveração sobre a cultura indiana:

Sabemos que a Índia antiga tinha uma civilização completa, e que um dos mais desenvolvidos ramos dessa civilização era a sua alta cultura filosófica e científica [sic]. Em Nalanda e em Taxila e nos *ashrams*, escolas ao ar livre, espalhadas pelo país, havia uma grande elaboração intelectual, que nos maravilha ainda hoje *porque as suas conclusões não são muito diferentes daquelas a que têm chegado as filosofias modernas* (Figueiredo, 1930, vol. XII, p. 42; grifo nosso).

Já em *O Acadêmico*, no texto intitulado “Lições do Passado” (1941, n. 2, p. 2-3), Correia Afonso de Figueiredo faz questão de difundir a literatura indiana. Não somente comenta, mas também traduz para o português um conto do que ela denomina “Antiguidade Oriental”, intitulado “O mesteiral tem...cabeça e coração”.

A sua tradução é parte do seu impulso de reafirmar as raízes indianas da cultura goesa em um momento conflituoso de sua história, quando, como apontado, Goa estava sob a influência da ditadura salazarista, enquanto olhava para a Índia que caminhava para sua independência da Inglaterra. Ao mesmo tempo, no espírito da Associação Acadêmica, Correia Afonso de Figueiredo faz uso desse conto para alertar os goeses, em particular os jovens, sobre a inércia daquela sociedade frente aos acontecimentos recentes e a importância de se tornarem agentes de sua própria história. Para isso, a juventude precisava acreditar nela mesma e na cultura goesa. Um dos espaços que facilitava essa ação era a literatura publicada em jornais que circulavam entre a elite letrada.

Como é sabido, o tradutor deixa, inevitavelmente, as suas marcas interpretativas na versão traduzida. Isso não é menos verdade no caso de Correia Afonso de Figueiredo, que o faz duplamente, tanto no corpo do texto do conto, em razão de sua tradução, como na introdução que escreve para a publicação do texto em *O Acadêmico*, guiando a leitura dos jovens goeses.

O conto se organiza em três cenas principais. Na primeira, um rei ricamente vestido no seu luxuoso palácio, rodeado por uma corte repleta de oradores presunçosos, recebe o emissário de um país vizinho, que procura qualquer motivo para entrar em guerra. Na corte do rei do emissário, não era apreciada “a bacharelíce; a sobriedade era cultivada como uma grande virtude, não se acreditava nos que faziam pomposos discursos” (1941, n. 2, p. 3).

No reino em que vigorava o luxo, “os grandes que cercavam o *nosso* rajá eram verbosos: desperdiçavam o seu tempo em discursos que, embora bem burilados, eram vãos [sic] de conteúdo” (1941, n. 2, p. 3; grifo nosso). Ao chamar o rajá de “nosso”, o narrador se identifica com o leitor e todos eles com a história narrada, encurtando a distância entre a ficção e a realidade goesa. Como se pode perceber nesse trecho, Correia Afonso de Figueiredo, de maneira sutil mas firme, marca a sua versão do conto com valores ideológicos, e cada linha da narrativa parece uma alusão ao governo colonial goês.

Portanto, os comentários do narrador não são ingênuos. Com certeza, muitos dos leitores goeses da época devem ter parado a leitura para refletir sobre o comportamento de alguma personagem de destaque na cena política goesa, cujos discursos soavam repletos de pompa.

Na continuidade da narrativa, o emissário marca com giz um círculo a volta do trono e sem palavras senta-se frente ao rajá. O rajá era ignorante e seus conselheiros, somente acostumados às intrigas palacianas, não conseguem decifrar a mensagem. O rajá os ameaça de morte se, em uma hora, não conseguissem trazer um sábio que soubesse decifrar o enigma. Os conselheiros acharam o sábio em um bairro pobre, em uma casa de modesta aparência, em que observaram um berço balançando sem que ninguém o mexesse, no qual sorria um bebê. Numa varanda ao fundo, como nas casas goesas, secava o trigo, mas não havia brisa. Um caniço se mexia automaticamente afugentando as aves.

Em outro quarto ouvia-se o ruído de lançadeiras (teares) e ali viram o dono da casa a trabalhar, um mesteiral, isto é, um tecelão. Os conselheiros ficaram admirados com essas maravilhas. O homem explicou que era um mecanismo muito simples e útil. A mulher fora ao mercado, o filho maior à escola e ele ficara a trabalhar no tear e a cuidar da casa e do bebê. Então atara uma ponta de um cordão ao berço e a outra ao caniço; amarrara o cordão às duas lançadeiras em que trabalhava. Com um único movimento, realizava todas as tarefas a que fora incumbido. Os conselheiros surpresos com a agudeza do homem, pediram-lhe que os salvasse da morte. Com certeza, mais de um leitor goês deve ter se identificado com a sagacidade do homem. Como em todas as culturas em que os recursos são escassos, é a sagacidade que, na maioria das vezes, salva o homem comum.

O narrador conta a última cena com grande seriedade e sem um traço de ironia, ao mostrar o mesteiral resolver o conflito com cinco búzios e um frango que tinha levado da casa. Com esses apetrechos ele e o emissário dialogam por meio de ações um tanto enigmáticas para o leitor, fazendo com que o emissário desista da declaração de guerra e saia às pressas da corte. Admirado, o rajá pede uma explicação. Em vez de se sentir envaidecido, o tecelão fala com humildade:

“O circulo traçado em volta do trono queria dizer – Se a capital de vosso reino for cercada por nosso exército, que fareis vos?”

“Os búzios de brincar que coloquei aos seus pés responderam-lhe: – Será um brinquedo para nós os obrigarmos a levantar o cerco!”

“Os grãos de milho que deitou a seguir, significavam: – Temos um exército incomensurável, invencível...”

“O franguinho comendo-os todos disse-lhe: – Cada um de nós exterminará rapidamente um sem número de vossos soldados!” (1941, n. 2, p. 3).

Maravilhado com a agudeza de raciocínio e a intensidade do sentimento patriótico do homem, o rajá lhe promete um lugar entre seus conselheiros. Todavia, nada aceitou o tecelão, cujas palavras finais foram: “Sentir-me-ei satisfeito, meu rei, se de futuro vos convencerdes de que, para um reinado feliz, basta saber que o mesteiral tem não só braços, mas uma cabeça e um coração” (1941, Vol. 2, p. 3). Quem recebe uma lição não é somente o rajá do passado, mas também o leitor em relação ao governo goês. Evidentemente a escolha da narrativa de Correia Afonso de Figueiredo não é somente uma questão literária, mas também sócio-política.

Já na reflexão inicial, à guisa de introdução ao conto, Correia Afonso de Figueiredo guia o seu leitor na interpretação da narrativa ao assinalar que, na Antiguidade, esse gênero literário cumpria a função do que passou a ser entendido como o discurso da História. Ao serem analisados, assinala a autora, pode se constatar que constituíam “verdadeiros ensaios de estudo de caráter genético dos fenômenos sociais” (1941, n. 2, p. 2). Daí a importância do valor moral dessas histórias. Acrescenta ainda que elas podiam ser entendidas como “[...] um *documentário* de valor, dos costumes e tradições das velhas civilizações com a sua crítica e comentários tão bem feitos, que até parecem um remoque

para a concepção vulgarmente aceita do conceito de HISTÓRIA” (1941, n. 2, p. 2; grifo da autora). Desse modo, induzindo a recepção de sua tradução, a autora chama a atenção do leitor goês para que essas narrativas sejam consideradas não como lendas de um tempo remoto, mero entretenimento, muitas vezes dedicado ao público infantil, mas narrativas de verdadeiro valor moral e histórico, que deviam servir de modelo para a sociedade do presente.

Correia Afonso de Figueiredo mostra que essas narrativas pré-coloniais estavam à frente do seu tempo e, na perspectiva de Mohanty, já articulavam uma modernidade alternativa. Observa que, antes do historiador inglês John Bright (1908-1995) apontar que “a nação, em todos os países, mora nas cabanas”, tais narrativas já destacavam que “*o objecto [sic] da história não deve ser somente o soberano ou o herói, mas também e principalmente o POVO*, cujas múltiplas actividades [sic], criando-lhe experiência, caracterizam uma dada civilização” (1941, n.2, p. 2; grifo da autora). Com o uso de itálico e maiúscula, chama indiretamente o povo goês à reflexão sobre a sua própria responsabilidade a respeito da condição política e social de Goa.

Estabelecendo um novo paralelo com a situação goesa, de maneira implícita, Correia Afonso de Figueiredo faz questão de assinalar que, se nesses contos os reis são “parvos” e os cortesãos “manhosos”, “é a agudeza de espírito, e a dedicação dos homens do povo, que salva os governos nas mais críticas situações” (1941, n. 2, p. 2), qualidades que, conforme a autora, não faltavam entre os goeses.

Se dirigindo abertamente aos jovens goeses, observa que “a gente moça que se prepara para uma acção disciplinada e disciplinadora, muito tem a aprender nestas *composições literárias, obras de arte antiga* e, ao mesmo tempo, uma lição de vida social e doméstica” (1941, n. 2, p. 2; grifo da autora). Ao direcionar a leitura dos jovens goeses dessa lenda, educados na tradição portuguesa e europeia, Correia Afonso de Figueiredo reafirma o fato de Goa ser parte da Índia, uma vez que procura as verdades da cultura goesa não somente na filosofia europeia, mas também na literatura indiana e asiática. A autora se antecipa ao seu compatriota Satya P. Mohanty (2011, p. 1) para quem, como apontado, os textos culturais e literários, canônicos e não canônicos, revelam formas de Modernidade que têm sido ignoradas pelos estudiosos dessas literaturas. Correia Afonso de Figueiredo insta seus jovens leitores a descobrir o valor crítico dessas narrativas que deviam servir-lhes de reflexão sobre a sua própria situação na sociedade e, assim, os impulsionar à ação para promover a condição social e política de Goa.

## **2.5. Conclusão**

A partir dos dois textos aqui abordados, evidencia-se que, em torno de *O Acadêmico*, se reuniu um conjunto de escritores, intelectuais e colaboradores eventuais, muitos deles professores nas escolas de Goa, que tinham como horizonte uma proposta pedagógica de transformação cultural bem fundamentada. Valorizavam a pluralidade da identidade goesa, sobretudo em sua dimensão intelectual e literária.

Ao elegerem narrativas, tanto de origem europeia quanto asiática, vislumbraram a possibilidade de, por meio da educação formal nas escolas, instrumentalizar as crianças e os jovens goeses com recursos culturais e literários, para que tomassem sua realidade como objeto de análise, de forma laica, sem se ater aos modelos impostos pelo colonizador, ainda que se apropriando daquilo que neles houvesse de útil para a realização dessa empreitada, como é o caso da literatura realista.

A valorização da relação intercultural entre cristãos e hindus esteve no centro do projeto da União Acadêmica e de seu periódico. É nessa relação que concebiam o fundamento da realidade goesa: uma sociedade constituída por culturas e línguas diversas, que deveria assim ser pensada, valorizada e literariamente representada. Os treze exemplares de *O Acadêmico* realizaram em parte esse projeto. As atividades da União Acadêmica e a atuação de seus associados nas escolas de Goa, sendo muitos deles professores, certamente também foram nesse mesmo sentido. É provável, ou mesmo certo, que a convivência pacífica entre cristãos e hindus em Goa se deva muito a iniciativas como essa e, assim sendo, a União Acadêmica foi bem mais que acadêmica, foi, sobretudo, união humanitária.

Embora *O Acadêmico* anteceda algumas das formas de comunicação que hoje em dia temos disponíveis, como aquela dos meios virtuais, jamais prescindiu de contatos culturais promovidos pelas relações coloniais e pela rede global que constituía e ainda hoje constitui a imprensa periódica. Também vale assinalar que Goa se caracteriza por uma população que prima pela constante migração, estabelecendo redes de comunicação com comunidades goesas espalhadas pelo mundo.<sup>14</sup> Vale ainda notar que a tradução de textos provenientes de línguas locais, como o marata e o concani, ou outras línguas indianas, cumpriram um papel importante em *O Acadêmico*, tendo em vista a equipe que o publicou, constituída por católicos, mas sobretudo por hindus.

Após o término do colonialismo, em 1961, o português deixou de ser a língua oficial de Goa, tendo sido adotado o inglês de imediato nas escolas e nas repartições públicas. O português resistiu ainda como língua franca entre os católicos e em publicações periódicas até o início da década de 1980. Em 1987, o concani foi elevado a língua oficial de Goa, ao lado do inglês, e o português acabou relegado definitivamente a condição de língua de família.

Nesse mesmo ano de 1987, a Goa University inaugura a licenciatura de língua portuguesa. Alguns anos depois, em 1995, a Fundação Oriente se instala em Pangim e em junho de 2000 é a vez do Instituto Camões ter presença oficial em Goa. Tais iniciativas promoveram a revitalização do ensino de português, já em um contexto que fazia com que a língua portuguesa fosse ressignificada, se desprendendo pouco a pouco da herança colonial. Mais recentemente, em 2016, inaugurou-se a Cátedra Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, que também visa a promover ali o português.

Apesar de ter perdido o estatuto de língua de comunicação, o português em Goa tem ganho mais e mais prestígio, sendo atualmente a Goa University o grande centro de ensino de português da Índia, recebendo alunos de várias regiões do país.

---

<sup>14</sup> Para maior informação sobre essa dimensão diaspórica da comunidade intelectual goesa ver o volume “Goans on the Move”, na *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, volume 7, de 2018.

Investigar e recuperar a história do português em Goa, assim como promover novas formas de ressignificação dessa língua, na busca de não reduzi-la à língua do ex-colonizador, é uma tarefa que julgamos importante e que pode promover profícuas inter-relações culturais e linguísticas com a comunidade de língua oficial portuguesa.